

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.474.884 - SP (2019/0084398-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : EUGENIO DE SOUZA SANTOS
ADVOGADOS : EDUARDO BRESSANI E OUTRO(S) - SP323002
VALDIR DA SILVA TORRES - SP321212

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

Auxílio-acidente - Males colunares - Laudo pericial dando conta da incapacidade parcial e permanente - Nexo concausal comprovado - Direito ao benefício corretamente reconhecido.

Termo inicial a partir da juntada do laudo pericial aos autos - Juros moratórios e correção monetária - Incidência da Lei nº 11.960/09, observando-se, contudo, o decidido pelo STF nas ADIs nº 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425 e na Repercussão Geral nº 810 - Honorários advocatícios fixados adequadamente.

Recurso oficial provido em parte e apelo autárquico improvido.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 535 do Código de Processo Civil no que concerne à alegada negativa de prestação jurisdicional.

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 86 da Lei n. 8.213/1991, com redação dada pela Lei n. 9.528/1997, no que concerne à ausência de vitaliciedade do auxílio-acidente, trazendo o seguinte argumento:

Assim, considerando que, nos termos assentados nos autos, o auxílio-acidente devido desde 2015, foi gerado por doença do trabalho gerada pelo labor exercido a partir de 2011, é forçoso concluir que o benefício deve ser regido pelo artigo 86, da Lei n.º 8.213/91, com a redação dada pela Lei n.º 9.528/97 (e não pela redação da Lei n.º 9.032/95, como dito pela r. sentença confirmada pelo v. acórdão recorrido) (fls. 236).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente aponta violação do art. 1.022 do Código de

Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem especificar, todavia, quais os incisos foram contrariados, a despeito da indicação de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Quanto à segunda controvérsia, o acórdão recorrido assim decidiu:

O que pretende a autarquia, em verdade, é ver decidido se cabe ou não a cumulação do benefício concedido com eventual aposentadoria, mas o Poder Judiciário, além de não operar com conjecturas, não pode decidir questão que não foi aventada e discutida em primeiro grau, sob pena de ofensa aos princípios do contraditório e ampla defesa, bem como supressão de um grau de jurisdição (fls. 229).

Aplicável novamente, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou que: “Não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n.º 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já

arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

